Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 1653/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/10312/2015
PROTOCOLO	: 1599896
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA
ORDENADOR DE DESPESAS	: ARI BASSO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 12, DE 2015 (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 7, DE 2015)
RELATOR	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
COMPROMITENTE(S)	: 1-MINERADORA CANTINHO DE PEDRA; 2-GREGA DISTRIBUIDORA DE ASFALTO LTDA.
OBJETO	: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, DESTINADO AO USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA
VALOR	: R$ 863.332,80

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata do procedimento licitatório realizado pela Administração municipal de Sidrolândia, por meio do Pregão Presencial n. 12, de 2015, objetivando o registro de preços na Ata apropriada (n. 7, de 2015), para a aquisição de material de consumo, destinado ao uso da Secretaria municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos da Administração municipal de Sidrolândia.

Os documentos foram submetidos à análise da 1ª Inspetoria de Controle Externo - 1ª ICE (ANA n. 22030/2015, peça n. 19), que opinou pela regularidade dos atos administrativos examinados.

Posteriormente, o Procurador do Ministério Público de Contas emitiu o Parecer GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO-19264/2015 (peça n. 20), opinando pela:

"I – legalidade e regularidade com ressalva, do Procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 59 inc. II da lei complementar 160/2012, combinado com os incisos I "a" e II, do art. 120 e incisos I, II e III "a", do art. 122, ambos do Regimento Interno aprovado pela resolução normativa nº 76 de 11 de dezembro de 2013; II – multa ao Jurisdicionado, Senhor Ari Basso, inscrito no CPF nº 058.019.820-00, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012, pela infringência a Instrução Normativa 035/2011 - Seção I, Capítulo III, 1.1.1 - Letra A; (...)".

É o Relatório.

DECISÃO

Dos elementos dos autos verifico que o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial (n. 12, de 2015) e a formalização da Ata de Registro de Preços n. 7, de 2015, encontram-se em consonância com as disposições da Lei Federal n. 10.520, de 2002, e subsidiariamente da Lei Federal n. 8.666, de 1993,

bem como da Instrução Normativa TC/MS n. 35, de 2011.

Todavia, está nos autos que o jurisdicionado enviou, intempestivamente, ao Tribunal, as cópias dos documentos referentes à Ata de Registro de Preços n. 7, de 2015, pois o responsável não cumpriu o prazo previsto para a remessa obrigatória de documentos, devendo, por isso, ser apenado com a multa cabível, nos termos do art. 46, da Lei Complementar n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Diante do exposto, acolho o posicionamento da 1ª Inspetoria de Controle Externo e decido nos termos de:

I – declarar, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, **a regularidade** dos atos administrativos relativos à:

a) licitação realizada pela Administração municipal de Sidrolândia, por meio do Pregão Presencial n. 12, de 2015;

b) formalização da Ata de Registro de Preços n. 7, de 2015;

II – aplicar multa no valor equivalente ao de **30 (trinta) UFERMS,** ao Sr. Ari Basso, CPF-058.019.820-00, Prefeito Municipal de Sidrolândia, pela infração relativa à remessa intempestiva, ao Tribunal, dos documentos referentes à Ata de Registro de Preços n. 7, de 2015, com fundamento nas regras dos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, e 46 da Lei Complementar n. 160, de 2012;

III - fixar o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Decisão no DOTCE/MS, para o apenado pagar o valor da multa que lhe foi infligida e assinalar que o pagamento deverá ser feito em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas-FUNTC, conforme as regras dos arts. 50, I e 83 da Lei Complementar (estadual) n. 160 de 2012, observadas as disposições do art. 172, § 1º, I e II, do Regimento Interno;

IV - determinar que, depois de tomadas as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, os autos sejam remetidos à 1ª ICE, conforme determinação prevista no parágrafo único do art. 4° da Orientação Técnica Interna n. 3, de 22 de setembro de 2010.

É COMO DECIDO.

Campo Grande, 10 de março de 2016.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

Conselheiro Relator

LAC